

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 15-12-2021.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quinze horas e vinte e nove minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Bruna Rodrigues, Karen Santos, Mônica Leal e Roberto Robaina. Foi apregoada a Emenda nº 12, assinada por Airto Ferronato, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21 (Processo nº 1144/21), e foi aprovado requerimento de autoria de Airto Ferronato solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 09, assinada por Karen Santos e Roberto Robaina, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21 (Processo nº 0223/21), e foi apregoado requerimento de autoria de Karen Santos, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi apregoada a Emenda nº 08, assinada por Jessé Sangalli, ao Projeto de Lei do Executivo nº 053/21 (Processo nº 1277/21), e foi aprovado requerimento de autoria de Jessé Sangalli solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Pedro Ruas, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 059/21 (Processo nº 0194/21), foi aprovado requerimento de autoria de Pedro Ruas solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Pedro Ruas, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi aprovado requerimento de autoria de Giovane Byl, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/19 (Processo nº 0230/19). Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por José Freitas, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 200/21 (Processo nº 0518/21), e foi aprovado requerimento de autoria de José Freitas solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00162/2021-74, por meio do qual é autorizada representação externa de Mônica Leal, no dia quinze de dezembro do corrente, em sessão solene da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul de outorga da Medalha de Deputado Emérito a Celso Bernardi, em Porto Alegre. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 035/21, discutido por Márcio Bins Ely e Alexandre Bobadra, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 386, 524, 557 e 558/21, os Projetos de

Lei do Executivo nº 049 e 050/21, este discutido por Jonas Reis, e o Projeto de Resolução nº 070/21, discutido por Moisés Barboza. Também, Claudio Janta pronunciou-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Moisés Barboza e Cassiá Carpes. Às dezesseis horas e vinte e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 031/21 (Processo nº 1234/21), por VINTE E TRÊS VOTOS SIM e SEIS VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Pedro Ruas. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Bruna Rodrigues, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 059/21 (Processo nº 0194/21), após ser encaminhado à votação por Laura Sito, Comandante Nádia, Claudio Janta, Giovane Byl, Pedro Ruas, Leonel Radde e Cassiá Carpes. Foi apregoadado requerimento de autoria de Pedro Ruas, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada do pedido de votação em destaque para a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 059/21. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foram votadas conjuntamente e aprovadas as Emendas nºs 01, 02 e 03 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 059/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 059/21. Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 052/21 (Processo nº 1271/21). Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e cinco minutos às dezessete horas e trinta e cinco minutos. A seguir, Cassiá Carpes apresentou chapa única para a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Alegre para o ano de dois mil e vinte e dois, composta por Idenir Cecchim, Giovane Byl, Mari Pimentel, Mônica Leal, Comandante Nádia, Alexandre Bobadra e Matheus Gomes respectivamente nos cargos de Presidente, 1º e 2ª Vice-Presidentes, 1ª e 2ª Secretárias, 3º e 4º Secretários, tendo essa chapa sido eleita com TRINTA E SEIS VOTOS SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Foram eleitos os integrantes das comissões permanentes para o ano de dois mil e vinte e dois, que ficaram assim constituídas: Comissão de Constituição e Justiça, por Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário;

Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, por Airto Ferronato, Bruna Rodrigues, Mari Pimentel, Mauro Zacher e Moisés Barboza; Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação, por Cezar Schirmer, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Hamilton Sossmeier, Karen Santos e Pedro Ruas; Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, por Daiana Santos, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jonas Reis e Roberto Robaina; Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, por Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Kaká D'Ávila, Laura Sito e Matheus Gomes; Comissão de Saúde e Meio Ambiente, por Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Lourdes Sprenger, José Freitas, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Foi eleita a Comissão Representativa para o ano de dois mil e vinte e dois, que ficou assim constituída: como titulares, Jessé Sangalli, Comandante Nádia, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Daiana Santos, Mauro Zacher, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Fernanda Barth, Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Moisés Barboza, Alexandre Bobadra, Matheus Gomes, Aldacir Oliboni, Giovane Byl, Alvoni Medina e Claudio Janta; e como suplentes, Cezar Schirmer, sendo substituído por Pablo Melo, Felipe Camozzato, Bruna Rodrigues, Márcio Bins Ely, Cassiá Carpes, Gilson Padeiro, Kaká D'Ávila, Ramiro Rosário, Karen Santos, Pedro Ruas, Roberto Robaina, Jonas Reis, Laura Sito, Leonel Radde, Psicóloga Tanise Sabino, Hamilton Sossmeier e José Freitas. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e cinquenta e seis minutos às dezenove horas e trinta e seis minutos, para a realização de reunião conjunta de comissões permanentes. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por VINTE E UM VOTOS SIM e SETE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde e Matheus Gomes. Após, Leonel Radde solicitou verificação de quórum. Foi apregoada a Emenda nº 10, assinada por Cláudia Araújo e Leonel Radde, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21, e foi apregoado requerimento de autoria de Cláudia Araújo, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi apregoado requerimento de autoria de Karen Santos, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 053/21. Em discussão geral, 1ª sessão, esteve o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/21 (Processo nº 0680/21). Em votação nominal, 1º turno, esteve o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/16 (Processo nº 0179/16), o qual teve sua votação adiada, por uma sessão, a requerimento, aprovado, de autoria de Idenir Cecchim. Às dezenove horas e quarenta e nove minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Idenir Cecchim, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely, Idenir Cecchim e Claudio Janta. Do que foi

lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h29min: Boa tarde a todos. Peço que o diretor Luiz Afonso proceda à chamada nominal para a verificação do quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das proposições apresentadas ao plenário.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 12, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLCE nº 029/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 12 ao PLCE nº 029/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 09, de autoria do Ver. Roberto Robaina e da Ver^a Karen Santos, ao PLL nº 069/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver.^a Karen Santos, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 09 ao PLL nº 069/21.

Apregoo a Emenda nº 08, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLE nº 053/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 08 ao PLE nº 053/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Emenda nº 03, de autoria do Ver. Pedro Ruas, ao PLL nº 059/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao PLL nº 059/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL

nº 059/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovane Byl, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLCL nº 004/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLL nº 200/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 200/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo SEI nº 017.00162/2021-74, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, que solicita representar esta Casa na Sessão Solene de Outorga da Medalha de Deputado Emérito ao Ex-Deputado Celso Bernardi e Descerramento da Foto na Galeria de Fotos de Deputados Eméritos na Assembleia Legislativa de Porto Alegre, no dia de hoje, 15 de dezembro de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0841/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 035/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que estabelece regime urbanístico para as áreas das entidades associativas de que trata a presente Lei e dá outras providências. **(SEI 037.00294/2021-86)**

PROC. Nº 0922/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 386/21, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Antônio Alceu Azeredo o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco Quatro Vila Tronco, Bairro Santa Teresa. **(SEI 034.00404/2021-11)**

PROC. Nº 1193/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 524/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui o Dia Internacional contra o Fascismo e Antissemitismo no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de

Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 17 de agosto. (SEI 208.00270/2021-18)

PROC. Nº 1247/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 557/21, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rua Oraci Henrique Correa o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 3793, localizado no bairro Sarandi. (SEI 138.00039/2021-13)

PROC. Nº 1248/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 558/21, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rua Lourdes Maria Rodrigues Oliveira o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 3789, localizado no bairro Sarandi. (SEI 138.00040/2021-48)

PROC. Nº 1251/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 049/21, que altera o *caput* e inclui os §§ 1º e 2º e revoga os incs. I e II do *caput* do art. 3º da Lei Municipal nº 9.229, de 9 de outubro de 2003, que define critérios para os serviços de transporte por lotação e seletivo, suas tarifas e inserção no sistema de transporte público da cidade de Porto Alegre, dispondo que o valor da tarifa do serviço seletivo de lotação será, no mínimo, o valor da tarifa do transporte coletivo. (SEI 118.00334/2021-90)

PROC. Nº 1266/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 050/21, que altera o Anexo II da Lei nº 12.884, de 15 de outubro de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022. (SEI 118.00335/2021-34)

PROC. Nº 1233/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 070/21, de autoria da Mesa Diretora, que altera a denominação do Capítulo V, inclui arts. 11-A a 11-J e revoga os arts. 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 da Resolução nº 1.319, de 18 de julho de 1996 – que institui o Código de Ética Parlamentar –, criando a Comissão de Ética Parlamentar. **Com Emenda nº 01, das Ver^{as} Cláudia Araújo, Mônica Leal, Lourdes Sprenger, Daiana Santos e Karen Santos e do Ver. Claudio Janta.** (SEI 014.00044/2021-69)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Venho até esta tribuna debater uma alteração nas diretrizes orçamentárias. E o orçamento é uma peça fundamental para Porto Alegre. Não se faz política pública só com desejo, com a intenção, se faz com recurso público, o dinheiro do povo. O povo paga caro, muito caro, imposto é caro. A média de impostos no Brasil é de 46%. Se tu gastas R\$ 100,00 no supermercado, R\$ 46,00 são de impostos. E os impostos são esbanjados, como vimos agora: um escândalo na assistência social, na FASC. Perguntem-me: quem estava envolvido? Não sei, a Polícia Civil dirá, mas tinha empresa, tinha contratualização, tinha partido no meio,

partido de direita, e é o dinheiro do povo que está lá. Será que todos sabem cuidar bem? Todos sabem dizer que tem política aqui, política ali, fazemos isso, fizemos aquilo, parece mesmo que as coisas funcionam. A vereadora esteve aqui, me antecedeu, falou, citou o meu nome. Eu não citei o nome dela, não tenho nada com a vereadora, não tenho nada contra a vereadora. Agora, eu tenho muita coisa contra o gabinete da causa animal, que é inoperante, não tem RH. Não adianta dizer aqui: “ah, eu não queria a secretaria”, porque nós sabemos que muita gente queria a secretaria dos direitos dos animais de volta. Não adianta dizer outra coisa. Claro, no microfone, cabe qualquer coisa, mas a gente sabe como funciona, e nós sabemos quem está respondendo pelo gabinete da causa animal. Nós sabemos, o povo sabe! O pessoal da causa animal sabe, as protetoras sabem! O edital foi lançado com deficiências, com dificuldades, com problemas. Não adianta dizer que o edital foi maravilhoso, foi lindo, não foi, ficou muita gente de fora! Ficaram de fora várias protetoras e protetores; burocratizaram. E aí vem dizer: “não, o gabinete é mil maravilhas”. É a mesma coisa: ninguém fala nada do escândalo da assistência social, está uma maravilha. Tudo é bonito, tudo está perfeito em Porto Alegre! Mas é orçamento público, é dinheiro público que está nessas secretarias, que está nesses espaços, e a política pública tem que acontecer. Não adianta dizer que tem um gabinete, se não tem orçamento. Qual é o orçamento? Quantos veterinários vamos ter? Qual é o planejamento de ampliação? Não adianta dizer que tem problema dos outros governos, a coisa mais fácil de fazer é dizer que foram os outros governos, todo mundo pode dizer. Vem aqui falar mal dos governos da Frente Popular; nós revolucionamos esta cidade em muitas áreas – revolucionamos! Levamos políticas públicas onde não tinha. Mas, depois, com o desmonte perpetrado principalmente pelo MDB, do prefeito Melo, desmontaram várias secretarias, várias políticas. Se o transporte hoje está ruim e tem que botar dinheiro do povo, dos impostos, no transporte, quem estava administrando a Prefeitura nos últimos 16 anos? São vocês, é a direita. Então, não venham dizer que tem política, porque as pessoas estão olhando lá na ponta o que tem e o que não tem. E o que não tem hoje é o sistema e-SUS funcionando no dia de hoje. O e-SUS não está funcionando hoje, onde está o secretário da saúde para falar o porquê de não estar funcionando? Ele está de férias? Está no orçamento, o salário do secretário é pago todos os meses, mas hoje todos os servidores da saúde estão tendo problemas para dar a receita para os usuários do SUS, para das as consultas, porque e-SUS saiu do ar. Eu sei que lá, em Brasília, naqueles outros sistemas entrou um *hacker*, mas aqui não entrou um *hacker*, tem que ter um pronunciamento. Os médicos estão tendo dificuldades, os enfermeiros, na triagem, estão tendo dificuldades. Gente, são mais de 100 postos de saúde, e está no orçamento o dinheiro para essas coisas funcionarem. Então, é triste, mas a gente tem que frisar isso aqui. Meu abraço a todos e todas.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde. Presidindo os nossos trabalhos hoje, está o nosso próximo Presidente do Legislativo da capital, Ver. Idenir Cecchim. Boa tarde a todos que nos acompanham na tarde de hoje. Em primeiro lugar, gostaria de saudar o colega Gilson Padeiro que está de aniversário no dia de hoje, grande colega, grande amigo, da bancada do PSDB. Em nome da bancada, em nome do Ver. Gilson, do Ver. Ramiro e do Ver. Kaká, subo à tribuna para falar da importância que tem a parceria entre Porto Alegre e o Rio Grande do Sul. A gente assistiu, com muita alegria, no Palácio Piratini, a Prefeitura e o governo do Estado trabalhando a questão da inovação tecnológica na abertura de empresas que, segundo os técnicos e a esperança dos dois Executivos - municipal e estadual -, passarão a ter a praticidade de abrir os seus negócios em poucos minutos. Tudo isso é possível por causa da inovação tecnológica, porque Porto Alegre tem investido e visto a inovação tecnológica como solução de problemas, para o combate da falta de transparência, para o combate à burocracia. Então, a gente precisa subir à tribuna e saudar o trabalho do governo Eduardo Leite, o trabalho do governo Sebastião Melo no sentido de trazer a inovação tecnológica, cada vez mais, como ferramenta da gestão pública. Nós tivemos também aqui, nesta semana, um embate muito importante, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Hamilton. Esta Casa debateu, exaustivamente, a questão dos loteamentos com acesso controlado, monitorado, e quero dividir com os pares - foram 26 vereadores favoráveis à proposição - que debateram, apresentaram emendas e aprovaram o projeto. A gente tem recebido de inúmeros moradores, de inúmeros loteamentos, na cidade inteira, o apoio à proposição que foi aprovada aqui nesta Casa. A gente vê as comunidades, as associações de moradores, e é importante deixar claro aqui, na TVCâmara, e para todo mundo que nos acompanha, que o projeto - foi dito aqui, mas é importante repetir - não cria a tipificação de loteamento de acesso controlado, porque já existe, Ver. Cassiá, na lei federal. Mas é extremamente importante a gente ficar repetindo a verdade para combater as *fake news* e combater as mentiras que, repetidas vezes, aparecem na tentativa de tornarem-se verdades.

Então, a gente está muito feliz com o resultado da aprovação deste projeto; agora, esperamos a sanção, na Prefeitura, do prefeito Melo e do vice-prefeito Ricardo Gomes. Também, não posso deixar de citar uma alegria a mais que tivemos no dia de hoje, além do aniversário do Ver. Gilson Padeiro: tivemos uma homenagem ao nosso ex-presidente, sempre vereador Reginaldo Pujol, que inaugurou a sua fotografia na Galeria dos Ex-Presidentes. A gente está muito feliz, está-se encerrando um ciclo, a bancada do PSDB foi solidária aos grandes problemas da pandemia, então temos que registrar, também, que estamos muito otimistas, chegando ao fim de 2021, que o ano de 2022, Presidente Idenir Cecchim, será, sem sobra de dúvida, um ano muito melhor para a capital dos gaúchos.

Deixo o nosso desejo, em nome da bancada do PSDB, de boas-festas a todos. Também, que a gente faça o nosso trabalho no Legislativo até o último dia de sessão. Em nome da bancada do PSDB, eu agradeço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Moisés, pela mensagem de otimismo. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Idenir Cecchim; colegas vereadores. Meu pai, o Seu Alfredo, que faleceu neste ano, faz quase 30 dias, me ensinou, desde criança, que, antes de a gente "atirar pedra no telhado do vizinho, nós temos que olhar para o nosso telhado", e, principalmente, "pau que bate em Chico também bate em Francisco". O Ver. Jonas faz um discurso ovacionado sobre a corrupção. Olhe bem quem o faz! Um discurso ovacionado sobre a corrupção, um discurso ovacionado como se os problemas sociais, em Porto Alegre, tivessem surgido e nascido agora: o desemprego, as pessoas sem acesso à educação de qualidade, as pessoas sem acesso à infraestrutura, as pessoas vivendo em situação de total exclusão, total incapacidade de se reerguer de um momento muito difícil. Aí o vereador acha que é mais fácil jogar tudo nos braços do prefeito. O vereador acha que é mais fácil Porto Alegre ter a sua varinha mágica - a minha filha Linda tem uma com a qual ela bate e aí me transformo -, e transformar as coisas na cidade de Porto Alegre, um discurso que tem se transformado rotina na boca do vereador, um discurso vazio, um discurso que somente faz um denunciamento que não existe, mas não propõe nada de concreto e objetivo para a nossa cidade na qual ele esteve governando por 16 anos. As mazelas não foram criadas agora, não surgiram agora, as mazelas são vistas em toda a cidade, ou o vereador não sai de Porto Alegre? O vereador não anda em outras cidades? Não preciso nem dizer em outros Estados, e próprias cidade do Rio Grande do Sul, em outros países até. Nós estamos com uma dificuldade econômica, uma dificuldade forte de geração de emprego e renda, para que as pessoas tenham acesso às políticas públicas. Ai, o vereador vem dizer aqui que o governo não cuidou do Sistema Único de Saúde por isso está fora do ar. É municipalizado tudo? Uma pergunta que fiz, é municipalizada a questão vacinação? Eu fui tomar a vacinação ontem no Mercado, como não estava com a minha carteira de papel, não pude tomar, porque o sistema SUS caiu. Não pude tomar. Ai, segunda-feira, o vereador subiu na tribuna e colocou um monte de rótulos no governo, que o governo estava vendendo, que o governo estava tirando dinheiro da saúde, da educação e, na verdade, o projeto era de redução de impostos para começar a atingir essas coisas, gerar emprego na cidade de Porto Alegre. Esse é o intuito de um governante, dar autonomia para as pessoas, não querer que as pessoas fiquem sempre sob a sua tutela, recebendo a sua ajuda e assistência social. A secretaria de assistência social tem vários papéis para fazer nesta cidade de Porto Alegre. E o prefeito foi bem claro e tem sido claro e transparente, se existe algo errado, quem o fez será punido. Ninguém está aqui tapando o sol com a peneira, ninguém aqui está tentando botar algo

para baixo do tapete. Não, pelo contrário. Nós queremos que tudo venha à tona e faremos o possível para as coisas virem à tona. Não queremos que ninguém seja acobertado, se a pessoa, numa parte tão importante, que é a assistência social, agiu errado vai ser punida. Agora dizer que isso é uma política de governo. Política de governo foi o que aconteceu, este ano, no inverno, pois não teve nenhuma morte em Porto Alegre, acolheram as pessoas nos abrigos, fizeram um acolhimento no Gigantinho; esta Casa participou, vários membros desta Casa sugeriram e participaram, tanto da base do governo, quanto da oposição, assim como os independentes, todas as pessoas preocupadas. Esse é o papel da assistência social, distribuir as cestas básicas à população quando estávamos no auge da Covid. Agora temos que ter políticas públicas para as pessoas saírem dessa situação. Aí, o vereador fala, mas não dá uma solução, falou aqui dos animais, tentando atingir a Ver.^a Lourdes, mas não deu a solução. Qual é a solução? "Quero sugerir para o governo que faça isso e isso". Só faz a crítica, não constrói, está no momento de começar a construir, vereador, de trazer proposta para esta Casa, trazer propostas para os seus pares e, principalmente, para o Executivo; não façamos uma terra arrasada, porque quem irá perder, quem será arrasada será a população de Porto Alegre, é o nosso povo que vai perder, este povo, volto a dizer, que precisa de políticas públicas na área social, que precisa e muito de políticas públicas na saúde, na educação, na segurança pública. Agora, nós temos que ser proponentes, nós temos que dar soluções para ajudar a população de Porto Alegre, e a população precisa de ajuda, a população precisa de soluções. Eu acredito que o prefeito Melo, um homem de diálogo, um democrata, uma pessoa que foi presidente desta Casa, vereador, deputado, está aberto a ouvir todos. V. Exa. deve levar as suas propostas, deve levar propostas que o senhor acha que podem ajudar nessa área. Agora, não ficar, simplesmente, batendo numa tecla de denunciamento, numa tecla de quanto pior, melhor. Então, eu até serei um porta-voz do senhor, eu até pedirei uma agenda para o senhor levar essas soluções nas questões dos animais, da saúde pública, da assistência social, mas, todas as vezes que o senhor falou comigo, o senhor se referiu a resolver problemas de servidor público, que tem que ser resolvido e nós temos tentado resolver. Agora, Ver. Jonas, traga soluções para essas áreas, saúde, educação, segurança pública e assistência social, e pare com esse denunciamento barato que V. Exa. vem fazendo na tribuna e, principalmente, como ocorreu na segunda-feira, dizendo que nós estávamos tirando dinheiro da saúde e da educação para dar para *call centers*, se nós estávamos reduzindo impostos para permanecerem esses empregos e essas empresas e atrair outras empresas para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Jonas Reis (PT): Só uma questão, não diga inverdades sobre a minha pessoa, Claudio Janta, porque, inclusive, eu já votei projetos junto com o governo e votarei no projeto, no dia de hoje, dos servidores temporários para a educação. Agora, pautas justas terão o meu voto; pautas injustas não terão. Dinheiro para benefícios escusos não terão meu voto.

(O Ver. Claudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Claudio Janta, presidindo os trabalhos, boa tarde; cumprimentando V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Venho a esta tribuna para falar a respeito do projeto que corre em segunda sessão de Pauta, de minha autoria, que estabelece o regime urbanístico para as áreas das entidades associativas que são os nossos clubes, associações. E nós temos uma série de situações irregulares em construções, em quadras poliesportivas, piscinas, espaços de uso coletivo em clubes associativos. Então, nós fizemos uma parceria com a Federacões, com o Sindicato dos Clubes e com todos os clubes em Porto Alegre que, de alguma maneira, têm uma situação que carece de regularização para algum habite-se de determinada área ou de um restaurante, enfim. Como os clubes não têm por finalidade o lucro ou não visam ao lucro, são entidades, muitas vezes, beneficentes, culturais, esportivas. É diferente, por exemplo, de uma construtora que vai batalhar por índice ou por solo criado para reverter em lucro, numa venda futura próxima, prévia, para curto e médio prazo; já o clube não. Ele faz uma obra para fazer a cobertura de uma quadra de tênis, de uma quadra poliesportiva, vôlei, basquete, futebol ou cobrir uma piscina para o uso da natação, para fazer uma piscina térmica; e todas essas áreas computáveis acabam, por força da legislação, ultrapassando o potencial construtivo. Então, por exemplo, numa determinada região da cidade, na Sociedade Libanesa, nas proximidades da Unisinos, em Porto Alegre, o Ver. Bobadra conhece bem, é da comunidade do Brasil/Líbano, o índice é 1,3. Quer dizer que, a cada 1.000 m² de terreno, a Sociedade Libanesa só pode construir 1.300 metros de área construída. Então, o presidente Khalil, a quem eu transmito um abraço fraterno, porque foi uma das lideranças dos clubes que capitaneou esse diálogo com o governo. Hoje, inclusive, nós temos um indicativo do prefeito Sebastião Melo de nos auxiliar a enfrentar esse debate e tirar da irregularidade, colocar na regularidade as construções dos clubes. Nós fizemos algo muito semelhante, junto com o Ver. Mauro Pinheiro, com o Ver. Cecchim, no Hospital Mãe de Deus, no Menino Deus. O Ver. Claudio Janta nos auxiliou também sobremaneira. Nós precisávamos aumentar o número de leitos SUS que atende o Hospital Mãe de Deus, no bairro Menino Deus; e para que se pudesse efetivar, digamos assim, a metragem necessária possível que a legislação estabelece, nós permitimos, na Câmara, que o índice aplicado na região fosse o índice 3, ou seja, a cada 1.000 m² de chão, poderiam se construir ou se regularizar 3.000 m² de área construída. Então, é nesse mesmo sentido, Ver. Camozzato, que tramita esse projeto de lei de minha autoria, para quem eu peço um apoio. Nós fizemos algo semelhante, como foi dito aqui, para uma questão na área da saúde e agora para a área do esporte e da cultura. Estamos pedindo, também, o apoio dos nobres pares, para que a gente possa evoluir nesse projeto. Ele vai constar na Reunião Conjunta das Comissões, logo mais. Eu queria fazer um apelo, porque essa é

uma pauta que diz respeito a um problema grave que se enfrentou durante a pandemia, não só no que diz respeito ao setor de eventos, mas também aos clubes que, de um modo geral, sofreram muito, e eles precisam de uma política pública que possa se reverter, pelo menos, na regularização das situações das áreas construídas. É nesse sentido que venho aqui fazer um apelo, nesse período de Pauta, para um projeto tão importante. Cada vereador, nesse encerramento de ano, terá direito a priorizar um projeto de lei, e eu gostaria de priorizar este projeto e que ele possa ser aprovado. E que nós possamos brindar com os clubes e entregar esse presente de Natal para as nossas associações recreativas, culturais, esportivas de Porto Alegre, todas elas, porque no rol do projeto constam todas elas. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, novamente estou aqui na tribuna. Importante o que o Ver. Márcio Bins Ely trouxe à luz do debate. Somos parceiros disso. Ver. Mauro Pinheiro, do nosso bloco *POA para Frente*, cinco vereadores, V. Exa., os vereadores da bancada do PSDB e do PL, eu citei o aniversário do Ver. Gilson Padeiro, mas ele não estava no plenário. Agora ele veio dizer que vai nos convidar para uma grande festa de aniversário, assim que os protocolos da pandemia permitirem. Eu preciso fazer um parêntese sobre alguns vereadores e vereadoras que sobem na tribuna, em todas as legislaturas, às vezes, e dizem assim: "esse projeto está sendo apresentado de maneira açodada." Eu acredito que esses vereadores não prestam, às vezes, toda a atenção que a gente deve à Pauta, porque os projetos correm Pauta antes de votarmos. Então, quero deixar claro, para quem nos acompanha, que as nossas assessorias precisam focar na Pauta e passar para todos os vereadores que um projeto que entrou em Pauta e que o vereador precisa de atenção, para que não ocorra que projetos importantes cheguem, e o vereador tenha o primeiro contato só no dia da votação. Então, é importante que a gente preste atenção, quando o projeto corre Pauta. E tem dois projetos aqui em Pauta que são muito importantes. Tem um projeto do Executivo, o PLE nº 049/21, que discute o atrelar da tarifa do táxi-lotação com o ônibus. Vários vereadores já foram abordados e questionados, nesta Casa, na capital do Rio Grande do Sul, sobre por que existe uma amarra do percentual do valor da tarifa do táxi-lotação com a tarifa do ônibus, Ver. Felipe Camozzato, e sei que V. Exa. já fez esse debate sobre essa amarração. E por que não discutirmos, abertamente, a intenção de livrar essa amarra? E, na concorrência, se o táxi-lotação quiser fazer o preço mais barato, que faça. Isso é importante e reflete no problema do transporte público da cidade. Nós não podemos obrigar uma sobretaxa. Então, o empresário quer fazer mais barato, e nós temos uma legislação que não permite que ele faça. Importantíssimo esse projeto do Executivo que está em Pauta. Queremos agradecer ao Executivo por mandar para o Legislativo essa iniciativa para a gente poder discutir isso. E também, por fim,

dentro do meu tempo que vejo que se esgota, em nome da bancada, toda a bancada do PSDB, Ver. Gilson Padeiro, Ver. Ramiro, Ver. Kaká, tem interesse, sim, sem sombra de dúvida, nesse projeto de resolução, de autoria da Mesa Diretora, quero agradecer a iniciativa da Mesa Diretora – de tratar, por resolução, o Código de Ética parlamentar. Há quanto tempo a classe política parece que parou de dar importância ao significado da palavra ética? E sei que alguns podem não gostar que a gente jogue luz em cima disso; nós precisamos entregar, para a sociedade, um trabalho ético.

Então, quero agradecer também à Mesa Diretora, Presidente Márcio Bins Ely, pela iniciativa de enviar, está correndo pauta, nós precisamos corresponder à expectativa da sociedade em várias frentes, em vários valores e resgatarmos a importância que nós precisamos dar ao que nunca deveria deixar de ser um norte na política e em todas as outras classes: a ética. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Márcio Bins Ely, senhoras vereadoras, vereadores. Quero aproveitar este período de liderança do meu partido – a partir do dia 1º de janeiro, serei o líder, num revezamento com a nossa companheira Mônica, porque o espaço foi dela neste ano, e será meu no ano que vem, buscando alternância na liderança do partido. Para reforçar, já que está ainda fervendo o que o Ver. Moisés disse aqui sobre um projeto de acesso controlado nos loteamentos, que nós aprovamos com 26 votos. Não vai machucar ninguém, todo mundo vai poder entrar. Terá de fazer uma votação, tendo mais de 60% para ser autorizado, não é obrigatório, portanto, é uma coisa bem leve, bem tranquila, mas a com clareza de um projeto que vai fazer com que se tenha regulamentação – a Prefeitura deverá fazer. Ontem conversei com o prefeito Melo, ex-vereador desta Casa, e ele vai sancionar o projeto porque o projeto é muito bom, traz segurança e diálogo para as comunidades. No que nós discutimos aqui houve muitas inverdades. Os serviços da Prefeitura vão continuar nos loteamentos. Portanto, a lei é o que nós fizemos aqui com as emendas que foram colocadas para aperfeiçoar, modificar, alterar, melhorar o projeto. Então, é um projeto de segurança muito bom para Porto Alegre. Eu lembro que, quando morei em Americana, faziam o controle na entrada da cidade, não proibiam, faziam o controle para ver quem é que entrava na cidade, o que ia fazer. Tinham duas cancelas, uma de um lado e outra de outro lado, com Santa Bárbara do Oeste; a cidade estava controlada. Não proibiam ninguém, mas tinham o controle da cidade, imagino. O que nós estamos fazendo, Moisés, nos bairros, tem muitos loteamentos grandes que conhecemos aqui na cidade e têm várias entradas. O que é melhor? Controlar aquelas entradas, se, por ventura, aconteça uma coisa. Aqui, para vocês terem uma ideia, há

muitos condomínios que têm muitas câmeras e, se surgir um acidente lá, eu sei que em muitos bairros desovavam corpos até, no Morro São Caetano desovavam corpos; eu sou vizinho. Só a presença da guarita lá – hoje é só guarita – já dá um respeito. Já diminuí muito, não tem mais essas questões. Então, nós temos que entender que nós estamos ajudando a sociedade, estamos dando mais segurança. Algumas questiúnculas, aqui ou acolá, são problema deles; 60% vão definir os loteamentos controlados. É a população que mora lá, são os moradores que vão definir, não tem nada que proíba.

Quero também aproveitar este espaço e dizer que o secretário de esportes Kiko está indo para a Confederação Brasileira de Desporto e vai ser um dos coordenadores, Ver. Oliboni. Eu só gostaria de dar a minha opinião aqui em relação ao que vai se fazer do esporte. O esporte é um caminho muito bom, Oliboni, ali se tem uma oportunidade de integrar com a escola. Eu sou fruto da escola e do esporte e estou torcendo para que o nosso prefeito escolha um secretário que entenda do esporte; o partido não me interessa, desde que ele entenda de esporte. Não pode, só porque o partido nomeou, colocar alguém que não entende de esporte; é um campo muito fértil, muito bom. O esporte é barato, tem que fazer parceria; nós ajudamos com emendas. Imaginem aquela questão das telas da orla que eu propicie que fosse para a Secretaria de Esportes e se nós pudéssemos, naquele momento, fazer pequenos campinhos, projetos sociais de esporte, campos maiores. Foram 1.700 metros, não é muito, a tela é muito cara. Inclusive eu estou pedindo uma emenda para o senador Heinze, R\$ 500 mil para nós fazermos uma fábrica de tela, porque é impressionante, Porto Alegre não tem, a Prefeitura não tem tela. Então, esse aspecto é importante, nós queremos alguém, independentemente de partido, que entenda de esporte. Caso contrário, a gente vai ficar meio atravessado, não vai gostar, vai questionar. Eu sei que o Melo é muito rígido nessas questões e vai escolher alguém vinculado, tenho certeza, ao esporte. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, boa tarde a todos. Esse projeto que está correndo em Pauta é muito importante porque altera os índices construtivos dos clubes e sociedades recreativas de Porto Alegre. Eu, como presidente dessa Frente importante dos clubes e sociedades recreativas, sou favorável a esse projeto. Nós vamos corrigir distorções do nosso Município, não podem alguns construir como quiserem e outros terem dificuldades. Não podem os clubes estar trabalhando, fazendo trabalho social e estar à margem da ilegalidade. Então, esse é um projeto bom para a cidade, um projeto bom para todo mundo e esperamos que os 36 vereadores o aprovem por unanimidade. Se fosse possível, Presidente, gostaria que fosse por votação simbólica, porque é um

projeto muito bom. Então, eu parablenizo V. Exa. pela iniciativa, os colegas vereadores e espero que possamos aprovar esse projeto ainda hoje.

Da mesma forma, não quero perder a oportunidade para parabenizar e reforçar aqui o aniversário do Ver, Gilson Padeiro, um colega muito querido, possui um carinho muito grande pelo Ver. Gilson Padeiro.

Também um terceiro assunto, não menos importante, um assunto de muita gravidade. Eu, como presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana da Câmara de Vereadores, tinha uma obrigação muito grande – aqui conversando com os colegas mais antigos – de apurar um fato que me causou surpresa e medo. Um *e-mail* que foi disparado aqui ameaçando os vereadores desta Casa. Então, nós tínhamos a obrigação de tomar uma atitude e colhemos mais de 20 assinaturas. Estamos encaminhando um ofício para a Superintendência da Polícia Federal do Rio Grande do Sul para apurar a origem desse *e-mail*. Não pode qualquer pessoa ameaçar vereadores desta Casa.

Enquanto nós não acharmos quem mandou esse *e-mail*, o IP, qual foi a residência, isso não vai... nós vamos até o fim. Acho que a Polícia Federal do Rio de Janeiro junto com a do Rio Grande do Sul vai investigar isso a fundo. Vão lá na casa de quem mandou esse *e-mail*. Pois não podemos dar margem, isso não pode acontecer. Hoje é o vereador X que está sendo atingido, amanhã é o vereador Y, e nós somos contra qualquer tipo de violência, ódio e radicalismo.

Nós queremos a conciliação, a conversa, pensando em 1,5 milhão de pessoas que moram em Porto Alegre. Então, quero dar tranquilidade para os vereadores, porque esse assunto não passou batido pela nossa comissão de segurança da Casa. Foi encaminhado um *e-mail* muito importante – um ofício – para a Polícia Federal e acho que, até o final da semana que vem, nós vamos estar reunidos com o superintendente da Polícia Federal; vamos levar uma comissão de vereadores porque nós não possamos deixar passar batido esse assunto de tema tão relevante para a segurança desta Casa Legislativa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor Luiz Afonso que proceda à verificação de quórum para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e nove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h21min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1234/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 031/21, que dispõe sobre o Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores (RPPS) do Município de Porto Alegre, altera os §§ 3º e 6º e inclui os §§ 8º e 9º no art. 5º da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, inclui o art. 2º-B na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004. (SEI 118.00331/2021-56)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relatora-Geral Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 13-12-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 031/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, por solicitação do Ver. Leonel Radde, o PLCE nº 031/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede a chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 23 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO o PLCE nº 031/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o PLCL nº 016/21 seja excluído da priorização da Ordem do Dia da presente sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver^a Bruna Rodrigues. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0194/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 059/21, de autoria da Ver^a Laura Sito, que institui o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos no Município de Porto Alegre. (SEI 216.00049/2021-51)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Airto Ferronato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emendas n^{os} 01 e 02, do Ver. Aldacir Oliboni (líder da Bancada do PT);
- adiada a discussão por uma Sessão em 18-11-21;
- adiada a discussão por duas Sessões em 25-11-21;
- adiada a discussão por uma Sessão em 06-12-21;
- adiada a discussão por uma Sessão em 08-12-21;
- incluído na Ordem do Dia em 17-11-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 059/21. (Pausa.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do destaque feito à Emenda nº 03 ao PLL nº 059/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está deferido o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação o PLL nº 059/21. (Pausa.) A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Viemos aqui defender o projeto que institui o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos. Tivemos uma longa discussão, inclusive com a Secretaria do Desenvolvimento Social do Município, e uma construção conjunta do projeto por compreender a sua importância para o momento que nós vivemos. Lamentavelmente, a miséria e a fome têm crescido novamente, exponencialmente, no Brasil. De forma recente, matéria publicada pelo portal UOL traz dados do CadÚnico, mostrando que, neste ano, o Brasil chegou à marca de 14,5 milhões de famílias na miséria, uma realidade que se agrava com a pandemia. É urgente, portanto, que município de Porto Alegre seja munido de políticas públicas capazes de garantir a segurança alimentar das famílias em situação de pobreza. A segurança

alimentar é uma questão de saúde pública; em 2016 e em 2018, Porto Alegre reduziu 31 mil postos de trabalho formais; 18% dos desempregados buscam trabalho, continuamente, há mais de dois anos. Os investimentos públicos, em âmbito federal, estadual, municipal estão cada vez menores em decorrência de todo processo difícil que vivemos. Prova disso é o programa Bolsa Família que atendia 57.309 mil famílias, em 2016, e foi reduzido para 41.557 famílias desde o início da pandemia, em março de 2020. São quase 16 mil famílias a menos, cerca de 35 mil pessoas pobres e de extrema pobreza que deixaram de ter suporte do estado através da assistência social e das políticas de transferência de renda. Nós temos, ainda, 2 milhões de brasileiras e brasileiros que estão na fila do programa, tendo mais de 200 mil na região sul do Brasil. No cenário de pandemia, durante o primeiro semestre de 2020, Porto Alegre foi a 5ª capital com maior fechamento de postos de trabalho; 23 mil postos, segundo o CAGED, onde os mais atingidos são os jovens, 20%; as mulheres, 10%; e os negros e negras, 12%. E a 3ª capital com a cesta básica mais cara, segundo o DIEESE, é Porto Alegre, R\$ 616,00, ficando apenas atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro. A pandemia aprofundou a desigualdade, a miséria, e, em nossa cidade, um quarto da população sobreviveu, durante a pandemia, com apenas o aporte do auxílio emergencial, considerando quase 321.797 pessoas recebendo, ao menos, uma das parcelas. Segundo, o Datafolha, em agosto de 2021, vimos que o principal destino do benefício foi a compra de alimentos, sendo que 53%; 25% para pagar contas; 16% pagar despesas da casa; 1% para compras de remédios, dos 61% do ano passado para 66% desde ano, evidenciando que, neste ano, a crise econômica piorou para os mais pobres. Esse seria o percentual gasto com alimentação, entre as pessoas com renda familiar de até dois salários mínimos. Entre os que se autodeclararam negros e negras, é ainda maior: 49% tinham o auxílio emergencial como a sua única fonte de renda. Neste contexto, a agricultura familiar, o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana sustentável emerge como uma alternativa para melhorar a vida da população e para garantir a sustentabilidade do Município. Ademais, uma política estruturada de compra e distribuição simultânea de alimentos saudáveis permite ganhos multifuncionais garantindo a produtividade e a segurança alimentar, geração de renda local, diversidade produtiva e sociocultural, atividades de cultura e lazer. O histórico do Brasil mostra que o enfrentamento da fome, mais do que possível, é necessário, podendo ser viabilizado a partir de políticas públicas, assim como foi em 2014, quando o Brasil saiu do mapa da fome. É por este caminho e com as políticas públicas que enfrentaremos os desafios da construção de uma cidade sustentável e inclusiva. Este é o processo que nós estamos construindo, durante a elaboração desse projeto, desde o início do ano, dialogando bastante como Poder Executivo, que terá a tarefa de executar o programa. Nós sabemos da dimensão e do impacto social e econômico que ele terá na nossa cidade, por isso eu peço o apoio de todos os colegas, para que nós possamos aprovar, na tarde de hoje, este projeto que construímos com muitas mãos. Solicito, portanto, que todos possa aprová-lo para que tenhamos uma vitória no combate à fome.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver. Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação PLL nº 059/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Ver. Cecchim, que preside os trabalhos na Casa, neste momento, vereadores, vereadoras e público que nos assiste pela TVCâmara. Este projeto da Ver. Laura é muito meritório. Para quem não conhece o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos – é um projeto que já existe em nível federal, dentro do Ministério da Cidadania, que prevê que os municípios apenas assinem um termo de acordo com o governo federal, para que exista dentro do Município. Falo do PAA muito tranquilamente, porque, enquanto secretária de desenvolvimento social, tinha o Departamento de Segurança Alimentar. O PAA diz respeito a este Departamento de Segurança Alimentar, e ele já existe. Conversei com a Ver. Laura que o ideal seria um projeto indicativo e não um projeto legislativo, pois cabe o termo de conveniamento por parte do prefeito junto ao Ministério. Então o vereador deve indicar que deseja que isso aconteça, e não ser um projeto de lei para se instituir um programa que já está posto. Enfim, a minha sugestão aos vereadores é de que seja NÃO ao projeto e que a vereadora possa fazer um indicativo ao Executivo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 059/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Senhor Presidente e colegas vereadores, esse projeto da Ver.^a Laura chegou nesta Casa, e no decorrer de toda a construção desse projeto ela foi sentando com o governo e adequando o projeto. Então hoje nós temos um bloco de emendas que estamos sugerindo votar antes, e depois o projeto, porque foi acordado com o governo. É um projeto que tem o *o.k.*, o aval do governo, é um projeto que foi construído com as Pastas do governo. É um projeto que vem de uma vereadora da oposição, mas é um projeto que vai ajudar o governo, algo que eu disse anteriormente ao Ver. Jonas, que fizesse isso, propostas que ajudem o governo, que ajudem a população de Porto Alegre para que possamos avançar. A vereadora acatou o conjunto de emendas que foi sugerido por nós - eu me considero governo, disse isso desde o primeiro dia, e espero apagar a luz deste governo daqui a uns 16 anos, pois se têm essa prática; o Ver. Pedro Ruas diz que são só três... Esperamos fazer um governo de diálogo, um governo que faça a entrega para a população, não nos interessando de onde vem a proposta, desde que a proposta seja boa e construída por pares desta Casa. E isso aconteceu com este projeto. Nós não estamos aqui desautorizando ninguém, não estamos desautorizando nenhum dos líderes do governo, mas estamos dizendo que uma parte deste governo participou desse projeto,

que uma parte significativa do governo construiu esse projeto, que uma parte significativa do governo propôs emendas em várias reuniões, e nós achamos que esse projeto ajuda a cidade de Porto Alegre, ajuda a assistência social, ajuda as pessoas que estão em vulnerabilidade e precisam de alimentos. Então, venho aqui em nome do meu partido - e não estou aqui falando em nome do governo -, o meu partido é da base do governo, de sustentação do governo, partido que ajudou este governo a chegar onde chegou, e dizer que este projeto é bom para cidade de Porto Alegre, que este projeto foi construído com a participação deste governo, que este projeto foi construído com os técnicos deste governo, e que as emendas que a vereadora apresentou vêm com esse intuito de ajudar a população de Porto Alegre. Nós já fizemos um encaminhamento aqui de votar em bloco as emendas e depois o projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Giovane Byl está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 059/21.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente, boa tarde, colegas vereadoras e colegas vereadores que nos assistem pela TVCâmara, venho aqui para manifestar o nosso apoio a esse projeto da Ver.^a Laura Sito. A gente viu que a pandemia empobreceu o Brasil, e Porto Alegre não foi diferente das outras capitais. A gente vê, e eu lá na periferia, na ponta, sempre convivemos com a pobreza, com a miséria, mas nós acompanhamos, Ver.^a Laura, o dia a dia de famílias que perderam a fonte de renda, e a fome é real, as latas estão vazias e estão batendo. Este projeto, no início, tinha algumas questões que nós observamos, mas que foram sanados com as emendas, juntamente com a secretaria responsável pelo desenvolvimento social. Então este projeto contempla a cidade, e o nosso mandato tem o compromisso de votar naquilo que acreditamos que é bom para a cidade e para a população que nos colocou aqui na Câmara de Vereadores. Então quero encaminhar nosso voto às emendas que contemplam esse projeto, que ajustam este projeto, e também declarar o nosso voto e o nosso apoio ao projeto da vereadora. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a formação de um bloco de votação para as Emendas nºs 01,02 e 03 ao PLL nº 059/21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 059/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vereador Idenir Cecchim, que preside os trabalhos neste momento, antecipando já o ano de 2022, vereadores e

vereadoras, público que nos assiste e nos dá a honra pela TVCâmara, foi muito bem o Ver. Claudio Janta aqui nesta tribuna porque ele encaminhou, de forma adequada e correta duas questões, a primeira a de mérito, pois o projeto da Ver.^a Laura Sito tem um mérito incontestável, e para além do mérito tem também uma situação de necessidade, de urgência para que nós possamos aqui, através do governo e da nossa luta parlamentar no poder Legislativo, dar alimentos à população. Não há nada mais importante hoje do que a alimentação para o nosso povo que passa, literalmente, fome, Passa fome no Brasil inteiro, e Porto Alegre não é exceção. O Ver. Janta, que é um homem importante no governo, muito importante, coloca exatamente essa posição, que nos alegrou bastante. O segundo aspecto que faço referência é que o Ver. Janta pediu a votação em conjunto das emendas, o que também concordo, tanto que requeri antes. Por isso o encaminhamento do PSOL, falo aqui em nome do Ver. Roberto Robaina, que não está aqui no momento, da Ver.^a Karen Santos, e particularmente o nome do Ver. Matheus Gomes, porque o vereador Matheus Gomes queria fazer o mesmo encaminhamento. Então acertamos ali e o Ver. Matheus Gomes, entusiasta do projeto, quero fazer esse registro em nome de S. Exa. para que conste dos Anais o nosso apoio integral e o nosso elogio à posição do Ver. Janta, que nós sabemos, representou muito bem a posição do governo neste sentido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 059/21, pela oposição.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Venho encaminhar, em nome da oposição - PT, PCdoB e PSOL -, esse projeto meritório da Ver.^a Laura, do Partido dos Trabalhadores, com emendas, Ver. Janta e demais, que votaremos em bloco. E é muito importante que, mesmo como oposição, nós tenhamos a possibilidade de diálogo com a Prefeitura de Porto Alegre, e é um diálogo que eu tenho que reconhecer aqui, mesmo de oposição, têm sido aberto, líder Cecchim. Tem sido um diálogo aberto, o secretário Cassio tem feito um trabalho excepcional, nós conseguimos dialogar sempre diretamente com o secretário Leo Voigt, que é uma área sensível, com o secretário Mauro Sparta, com o secretário Axt, enfim, temos inúmeros exemplos. Na democracia, quando um projeto é bom para a cidade, é bom para a população que mais precisa, no meu ponto de vista, a gente não tem que observar de onde vem esse projeto; se este projeto traz a possibilidade de que milhares de porto-alegrenses tenham acesso ao alimento, pouco importa de onde venha, pouco importa a sua origem. E me incomoda, de certa forma, que invariavelmente quando a oposição nesta Casa, quando os partidos de oposição fecham acordo com a Prefeitura, nós temos uma articulação da vice-líder do governo, a Nádia, contra esses projetos. O nosso mandato tem um projeto que será votado amanhã ou segunda-feira, que foi construído por diversas mãos. Aqui chamo, relembro, a Ver.^a Mônica Leal, a Ver.^a Cláudia, Ver.^a Karen, Ver.^a Bruna, diversas vereadoras que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a construção

desse nosso projeto, que foi levado até a Prefeitura, foi feito um acordo junto a Prefeitura, para a aprovação desse projeto de saúde menstrual, que é a distribuição de absorventes femininos para as mulheres em situação de vulnerabilidade. E nós já sabemos, apesar de todos os diálogos com a Prefeitura, com o quadro técnico da Prefeitura de Porto Alegre, do prefeito Sebastião Melo, que deu acordo para ser aprovada essa lei, que a Nádia, vice-líder do governo, estava já conversando com os técnicos, dizendo que esse projeto não poderia ser aprovado nesta Casa. Que condições temos de ter esse tipo de convivência e relação nesta Casa? Onde existe uma Parlamentar, apresentada como vice-líder do governo, que, invariavelmente, quer destruir os projetos dos partidos da oposição ou de quem ela tenha algum tipo de desacordo, mesmo que para isso milhares de porto-alegrenses sejam prejudicados pela falta dessa política. Eu deixo aqui uma reflexão, faço um apelo à Prefeitura de Porto Alegre, para que pense em nome da população de Porto Alegre, e não, para simplesmente estar atendendo a interesses particulares de determinados parlamentares, que na verdade querem que as pautas positivas venham só do seu grupo. Então, parabênizo, mais uma vez, o prefeito Sebastião Melo, parabênizo aqui o líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, parabênizo toda a situação, Cassio Trogildo, todos os secretários do governo Melo, que têm uma sensibilidade, que escutam, Ver. Hamilton. Acho que é um projeto, que nós estamos defendendo aqui, meritório para a nossa população, e nós temos que aprová-lo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Registramos a presença do vice-prefeito Décimo Pedro Vassoler, do PL, da cidade de Nonoai, acompanhado pelo Ver. Mauro Pinheiro. Seja bem-vindo.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): O projeto deveria ser indicativo, estamos aí com um projeto que é meritório, comecei falando isso, e ele é importante para que os agricultores, piscicultores possam vender alimentos para o Município, para escolas, para creches, para os postos de saúde, para hospitais, enfim, para o organismo dentro do Município. Da forma que está, não existe hoje orçamento previsto para o ano que vem, para que esse projeto, esse plano de aquisição de alimentos aconteça. Acabei de protocolar e conversei com a Ver.^a Laura, um projeto indicativo, para que o governo municipal faça, assine o termo de cooperação, de acordo junto ao Ministério da Cidadania, para poder receber, aí sim, orçamento federal para fazer as compras dos alimentos dos agricultores, piscicultores aqui de Porto Alegre, e possa fazer o repasse, como é a intenção do projeto da Ver.^a Laura. Dessa forma casando esse indicativo de fazer com que o prefeito assine, junto ao Ministério da Cidadania, a vontade de existir o Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, aqui, junto com o projeto de lei da Ver.^a Laura, casa-se o bom com o ótimo. Então, votarei sim, Ver.^a Laura, ao seu projeto, a partir desse protocolo do indicativo que nós estamos fazendo agora. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, parabéns, vereadora pelo entendimento. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 059/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Ver. Idenir Cecchim, futuro Presidente desta Casa, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero dizer, Ver. Radde, que antes de a Ver.^a Nádia se posicionar no microfone de apartes, eu tinha, Ver.^a Laura, já decidido que nós íamos aprovar esse projeto. Quero me dirigir aqui ao Ver. Radde, como é bom vê-lo assim, tranquilo, buscando o diálogo, menos gritos. Portanto, esse é o Radde com quem nós gostaríamos de dialogar. Caso contrário, prejudica o andamento da harmonia e do entendimento. Ver.^a Laura, nós não temos aqui objeção nenhuma, o projeto é muito bom, é muito bom. E nós não somos insensíveis a esta causa, que é, sem dúvida, favorecer os mais necessitados. Como disse a Ver.^a Nádia, vice-líder do governo, vamos achar alternativas para possibilitar a validade desse projeto que é muito bom e vem favorecer categorias que necessitam desse apoio governamental muitas vezes, desse encaminhamento governamental. Então, fico muito feliz, o seu projeto é muito bom e fiquei mais feliz ainda, quando a gente não possa contrariar a opinião da vice-líder do governo. E vamos, sim, buscar uma alternativa para possibilitar a validade e a implementação desse projeto. Buscando, Ver. Cecchim, líder do governo, aqui nós temos uma base consistente, mas ela não é intransigente, quando a gente vê que um projeto da oposição é bom, como este, nós calamos, nós acordamos, Ver. Oliboni, tu me conheces há muito tempo, nós nos conhecemos há muito tempo, somos colegas, não temos nenhuma restrição. Portanto, eu parablenizo a todos vocês, a todos nós. E o Ver. Radde hoje, tranquilo, sem gritos, a gente começa a se entender. Um abraço, Radde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Isso é o Parlamento, num dia se discute ferrenhamente; no outro dá um abraço. Parabéns, Cassiá.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco composto pelas Emendas n.ºs 01, 02 e 03 ao PLL n° 059/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLL n.º 059/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente Cecchim, somente para registrar a manifestação de voto contrário, meu, do Ver. Ramiro e da Ver.^a Mariana Pimentel.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Registrado, vereador.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1271/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 052/21, que inclui o art. 2-A na Lei nº 12.904, de 17 de novembro de 2021, que autoriza o Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. (SEI 118.00338/2021-78)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Moisés Barboza: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 13-12-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLE nº 052/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vamos suspender os trabalhos para elegermos a composição da Comissão Representativa, das Comissões Permanentes e da Mesa Diretora.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h05min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 17h35min: Estão reabertos os trabalhos. Tivemos uma situação aqui envolvendo uma reacomodação dos integrantes das Comissões, foi feita uma permuta entre o PRTB e o PSDB, de comum acordo, então, pergunto se temos condições de proceder à votação. (Pausa.)

Cumprimento e agradeço pela presença do presidente do PL de Porto Alegre, amigo Hermes da Rosa, seja bem-vindo.

Convido o Ver. Cassiá Carpes para que nos ajude como secretário *ad hoc*.

SECRETÁRIO (A) ad hoc CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, a chapa da Mesa Diretora é composta pelos seguintes vereadores: Presidente, Idenir Cecchim; 1º Vice-Presidente, Giovane Byl; 2ª Vice-Presidente, Mari Pimentel; 1ª Secretária, Mônica Leal; 2ª Secretária, Comandante Nádia; 3º Secretário, Alexandre

Bobadra; e 4º Secretário, Matheus Gomes. Esta é a chapa que nós estamos propondo aqui na eleição da Mesa Diretora.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Pergunto se há mais alguma outra chapa inscrita. (Pausa.) Não havendo outra chapa inscrita, em votação a composição da chapa da Mesa Diretora – chapa única. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, eu gostaria de fazer um registro de cumprimentos à Câmara por termos um ambiente tão tranquilo nesta eleição, diferentemente do que foi a eleição anterior, é um mérito de todos os vereadores, estarmos elegendo uma nova Mesa Diretora de pessoas competentes.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Presidente, em nome da Bancada do PCdoB, eu venho consternada aqui, primeiramente, relatar que nós estamos em desacordo com essa negociação da forma como foi feita. E, diante disso, obviamente, respeitando os processos democráticos e acreditando na democracia, nos colocamos também muito objetivamente pensando que nós estamos pautando uma relação da nova política, essa política não representa nada daquilo que, nas urnas, foi escolhido. Acredito que é uma correlação de forças em que nós fomos afetadas diretamente, mas como disse, respeito as escolhas, mas nos posicionamos contrárias. Gostaria de deixar registrado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. Fizemos aqui um registro simbólico, mas a Diretoria Legislativa nos informa que precisamos fazer a eleição com votação nominal. Então, meus parabéns, cumprimos aqui a parte protocolar e vamos fazer o registro formal para que não parem dúvidas. Fica o registro aqui, Ver.^a Daiana, da ressalva.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a composição da chapa da Mesa Diretora – chapa única. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 36 votos **SIM.**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADA a composição da Mesa Diretora, em chapa única, conforme acima referida.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, registro que a votação da composição das Comissões Permanentes e da Comissão Representativa poderá ser pela via simbólica.

Procedo à leitura dos nomes dos vereadores que integrarão a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ: Ver. Claudio Janta, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Felipe

Camozzato, Ver. Leonel Radde, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Mauro Pinheiro e Ver. Ramiro Rosário.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a composição da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Procedo à leitura dos nomes dos vereadores que integrarão a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR: Ver. Airto Ferronato, Ver^a Bruna Rodrigues, Ver^a Mari Pimentel, Ver. Mauro Zacher e Ver. Moisés Barboza.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a composição da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Procedo à leitura dos nomes dos vereadores que integrarão a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB: Ver^a Fernanda Barth, Ver. Jessé Sangalli, Ver. Hamilton Sossmeier, Ver^a Karen Santos, Ver. Cezar Augusto Schirmer e Ver. Pedro Ruas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a composição da Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registro que o vereador licenciado, Cezar Augusto Schirmer, é o titular eleito para a CUTHAB, sendo que o Ver. Pablo Melo o substitui durante o impedimento.

Procedo à leitura dos nomes dos vereadores que integrarão a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE: Ver.^a Daiana Santos, Ver. Gilson Padeiro, Ver. Giovane Byl, Ver. Jonas Reis e Ver. Roberto Robaina.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a composição da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Procedo à leitura dos nomes dos vereadores que integrarão a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH: Ver. Alexandre Bobadra, Ver. Alvoní Medina, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Kaká D'Ávila, Ver.^a Laura Sito e Ver. Matheus Gomes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a composição da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Procedo à leitura dos nomes dos vereadores que integrarão a Comissão de Saúde Meio Ambiente – COSMAM: Ver. Aldacir Oliboni, Ver.^a Cláudia Araújo, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver. José Freitas, Ver.^a Mônica Leal e Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a composição da Comissão de Saúde Meio Ambiente – COSMAM. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Passemos à eleição da Comissão Representativa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Procedo à leitura dos nomes dos vereadores que integrarão a Comissão Representativa. Titulares: Ver. Jessé Sangalli, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Idenir Cecchim, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver.^a Mari Pimentel, Ver.^a Daiana Santos, Ver. Mauro Zacher, Ver. Mauro Pinheiro, Ver.^a Mônica Leal, Ver.^a Fernanda Barth, Ver. Airto Ferronato, Ver.^a Cláudia Araújo, Ver. Moisés Barboza, Ver. Alexandre Bobadra, Ver. Matheus Gomes, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Giovane Byl, Ver. Alvoni Medina e Ver. Cláudio Janta.

Suplentes: Ver. Cezar Augusto Schirmer, licenciado, substituído no momento pelo Ver. Pablo Melo; Ver. Felipe Camozzato, Ver.^a Bruna Rodrigues, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Gilson Padeiro, Ver. Kaká D'Ávila, Ver. Ramiro Rosário, Ver.^a Karen Santos, Ver. Pedro Ruas, Ver. Roberto Robaina, Ver. Jonas Reis, Ver.^a Laura Sito, Ver. Leonel Radde, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, Ver. Hamilton Sossmeier e Ver. José Freitas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a composição da Comissão Representativa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Informo que a eleição para presidência e vice-presidência das comissões deve ser realizada quando as novas composições tomarem posse no dia 03 de janeiro de 2022.

Suspendo os trabalhos para a realização da reunião conjunta das comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h56min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 19h36min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PELO nº 004/21. Após retornarmos à ordem normal.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, o PELO é só encaminhamento à votação, não tem mais discussão, já foi discutido.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver. Claudio Janta, para esclarecer, na verdade, são dois PELOs, o seu, que já está em regime de votação, mas o qual a Ver.^a Comandante Nádia se reporta, é o PELO de autoria do governo, que trata...

Vereador Claudio Janta (SD): Mil perdões, não precisa concluir. Mil perdões à Comandante Nádia e a todos os meus pares.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Matheus Gomes o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 21 votos **SIM** e 07 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Temos matéria a ser apregoadada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passemos ao pregão.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 10, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo e do Ver. Leonel Radde, ao PLL nº 069/21.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 10 ao PLL nº 069/21. Não há necessidade de votação de dispensa de envio às comissões, para parecer, pois a proposição tramita sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica do Município.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas n^{os} 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 ao PLE n^o 053/21.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, solicito que o pedido do Ver. Radde não seja deferido, visto que é atemporal. Não faz cinco minutos que se realizou aqui a verificação de quórum, por isso não cabe.

DISCUSSÃO GERAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. N^o 0680/21 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N^o 004/21, de autoria do Governo Municipal, que altera o inc. II do art.43-A, o inc. I do § 8^o e o inc. I do § 10 do art. 43-B, o inc. I do § 2^o e o § 4^o do art. 43-C e inclui o artigo 43-H, na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que trata da aposentadoria ao servidor abrangido pelo Regime Próprio de Previdência Social. **(SEI 118.00200/2021-79)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda n^o 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela aprovação do Projeto e da Emenda n^o 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto e da Emenda n^o 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto e da Emenda n^o 01;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alvoni Medina: pela aprovação do Projeto e da Emenda n^o 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Psicóloga Tanise Sabino: pela aprovação do Projeto e da Emenda n^o 01.

Observações:

- com Emenda n^o 01, dos Vers. Airto Ferronato, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Claudio Janta, Alvoni Medina e José Freitas e das Ver^{as} Lourdes Sprenger, Cláudia Araújo, Bruna Rodrigues, Laura Sito, Mônica Leal e Daiana Santos;
- discussão geral nos termos do art. 129 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 15-12-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão, em 1ª sessão, o PELO n^o 004/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Encerrada a discussão, em 1ª sessão.

VOTAÇÃO NOMINAL

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

1º TURNO

PROC. Nº 0179/16 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/16, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui §§ 4º e 5º no art. 187 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, obrigando as creches municipais e as creches conveniadas com o Município de Porto Alegre a funcionar de segunda-feira a sexta-feira, até às 23h (vinte e três horas), e em sábado e domingo. (SEI 203.00032/2020-26)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01; Relator-Geral Ver. Cassiá Carpes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação das Emendas nºs 02, 03 e 04 e, quanto ao mérito, pela aprovação das Emendas nºs 02, 03 e 04.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta;
- com Emendas nºs 02 e 03, do Ver. Claudio Janta (líder da Bancada do SD);
- com Emenda nº 04, da Ver^a Bruna Rodrigues (líder da Bancada do PCdoB) e do Ver. Claudio Janta;
- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA, em ambos os turnos – art. 130 do Regimento da CMPA;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 30-08-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação, em 1º turno, o PELO nº 002/16. (Pausa.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, quero consultar o Ver. Claudio Janta, pois há necessidade de 24 votos. Ver. Claudio Janta, se V. Exa. permite, eu solicito o adiamento da votação do PELO nº 002/16, por uma sessão.

Vereador Claudio Janta (SD): O que o meu líder pede rindo que eu não faço chorando?! Não tem problema, vereador, sendo o primeiro da segunda-feira, eu acato o pedido.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, também com a aquiescência do Ver. Claudio Janta, solicito verificação de quórum, visto que, visualmente, não temos mais quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando o adiamento da votação do PELO nº 002/16, por uma sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Airto Ferronato (PSB): Uma consulta, Presidente. Amanhã temos sessão, às 14h?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Amanhã plenário normal, às 14h.

Vereador Claudio Janta (SD): Presidente, esqueci que amanhã teria sessão, então queria saber se a apreciação do PELO pode ser amanhã – desculpe, pensei que só haveria sessão segunda.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Foi aprovado, vereador, o requerimento de adiamento por uma sessão, e só conta para sessão ordinária, só para efeito de registro.

Um abraço, boa noite. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 19h49min.)

* * * * *